

A diversidade da agricultura familiar produtora de tabaco e a homogeneidade do Programa Nacional de Diversificação: uma política para quem?

Introdução

A agricultura familiar tem sido tema de diversos estudos, especialmente nos últimos vinte anos, sendo analisada por questões relacionadas à produtividade, ao trabalho familiar, à gestão dos recursos naturais, ao incremento tecnológico e, mais recentemente, de trabalhos voltados para compreensão das políticas públicas para o desenvolvimento rural (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Tal notoriedade ampliou-se quando a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, o que resultou em diversos debates, convenções e congressos internacionais para a discussão dos problemas e possíveis soluções para esta categoria social e econômica tida como essencial para a segurança alimentar e nutricional da população mundial.

No Brasil, as discussões sobre a agricultura familiar ganharam notoriedade com a busca pela modernização da produção e, principalmente, com a criação de uma importante política pública de crédito pelo Governo Federal na década de 1990: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Conforme Picolotto (2015), o Pronaf buscava auxiliar os produtores rurais para que realizassem a transição para uma agricultura modernizada, com o intuito de alcançar maior produtividade e ampliar a produção para escala. Segundo o autor, a categoria “Agricultura Familiar” no Brasil, possui reconhecimento no âmbito acadêmico, das organizações políticas e movimentos sindicais de representação de classe (Fetraf² e a Contag³), bem como para a estruturação de políticas públicas do Estado.

¹ Doutora em sociologia, bacharel e mestre em Ciências Sociais, pesquisadora do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (Cegov) e no GT de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Pesquisadora Associada do Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tanise1208@yahoo.com.br.

² Fetraf: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

³ Contag: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

No entanto, pode-se dizer que o reconhecimento legal-normativo desta categoria acabou por homogeneizar uma “classe” bastante diferenciada, que abarca desde o agronegócio familiar (ou agricultura consolidada⁴ – área média de 50 hectares), passando pela agricultura “de transição” (área média de 8 hectares) até grupos minoritários (ou agricultura periférica – área média de 2 hectares), como populações ribeirinhas, quilombolas e assentados de reforma agrária. Esta diversidade e divisão da categoria expressa-se também no contexto político administrativo nacional, uma vez que há agricultores atendidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), outros pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ainda uma minoria pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (CONTERATO, 2015), este último grupo por meio de ações de inclusão produtiva, mas principalmente por programas assistenciais para redução da extrema pobreza, como o Bolsa Família.

A divisão destes grupos de agricultores nos diferentes ministérios divide também a atenção das políticas públicas vigentes no país. Além dessas divergências institucionais, os principais critérios de separação destes grupos são a área de terra, o capital e o uso da mão de obra. Neste sentido, a definição do que venha a ser o “público-alvo” das ações desenvolvidas pelas instâncias governamentais resulta de uma classificação baseada em aspectos ligados aos fatores de produção, o que tem homogeneizado categorias extremamente heterogêneas, mesmo que componham um único grupo de agricultores.

Exemplo característico desta situação é a agricultura familiar produtora de tabaco, a qual, por ser uma categoria que tem como produto final para comercialização o fumo, tem sido atendida por uma política nacional que unifica todas as famílias produtoras em um mesmo “público-alvo”, em função das semelhanças produtivas. O Programa Nacional para Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco, desenvolvido, gerido e executado pelo MDA e entidades parceiras (empresas de extensão rural), busca realizar ações intersetoriais nas áreas da saúde, meio ambiente, organização social, cultura, lazer, segurança alimentar, tecnologias apropriadas. Contudo, acredita-se que tal programa considera a agricultura familiar fomicultura como um grupo padronizado e que, portanto, demanda das mesmas atenções e ações do Estado.

A partir deste exemplo, escolhido para este trabalho como estudo de caso, busca-se discutir a problemática da homogeneização do público-alvo da política pública para diversificação em áreas de produção de tabaco

⁴ Definição dada pela FAO/Inca, 1994. Relatório Final de Projeto UTF/BRA/036.

contrapondo com as abordagens teóricas que apontam para a existência da diversidade da agricultura familiar. No caso, a proposta é demonstrar que existem diferentes formas e estilos familiares na fumicultura, com maior ou menor grau de dependência e vulnerabilidade desta cadeia produtiva, o que permite questionar o atual programa desenvolvido no Brasil, uma vez que este não diferencia seus beneficiários, colocando todos os produtores em situações de igualdade social, econômica, de infraestrutura, de acesso à informação etc.

Logo, pretende-se analisar inicialmente o Programa Nacional para Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco e seus critérios de definição de público-alvo contrapondo-o a um estudo de caso que apresenta uma proposta de classificação das famílias fumicultoras para implementação da política de diversificação em relação a maior ou menor dependência da Cadeia Produtiva. Tais análises terão aporte teórico na literatura sobre a diversidade na agricultura familiar, considerando que, mesmo dentro de uma categoria idêntica de produtores, existem diferentes formas de organizações familiares, das forças produtivas e das relações sociais, e que estes fatores precisam ser ponderados na definição de beneficiários à política de diversificação do tabaco no Brasil.

Assim, o presente trabalho estrutura-se inicialmente por esta introdução, seguido de uma discussão sobre as diferentes formas de entender a diversidade da agricultura familiar, bem como os debates sobre os critérios de diferenciação dos grupos dentro desta categoria. Na sequência, apresenta-se a Política Nacional para Diversificação e como esta tem sido executada no Brasil, mostrando alguns resultados e questionamentos. Ainda, segue-se com o estudo de caso que propõe outra divisão metodológica para definição do público-alvo desta política tendo como base critérios que ultrapassam os fatores de produção. Por fim, apontam-se alguns caminhos para a melhoria desta política pública tomando como base as abordagens sobre a diversidade da agricultura familiar.

Diversidade da agricultura familiar e diretrizes para políticas públicas

A temática da diversidade de forma geral refere-se a como os diferentes indivíduos e grupos sociais organizam-se e constroem mecanismos de produção e distribuição dos recursos que produzem. No entanto, Schneider (2010) argumenta que a crescente racionalização e modernidade social fizeram com que essa diversidade desse lugar à busca e à crença na especialização como forma mais eficiente da produção e organização da vida social, o que fica explicitado no contexto rural com o fenômeno da

Revolução Verde, que colocou o Estado como principal promotor das mudanças tecnológicas e produtivas, com o objetivo de retirar o setor agrícola brasileiro da condição de “atraso”. Conforme Schneider:

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme repercussão sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade. (SCHNEIDER, 2010, p. 102).

Para o autor, a partir deste processo de modernização, formam-se diferentes categorias sociais e políticas: a) Agricultura Patronal; b) Agricultura Familiar Empresarial; c) Agricultura Familiar Camponesa; d) Outros rurais (populações tradicionais, sem-terra, desempregados rurais, assentados etc). É justamente esta diferenciação baseada em critérios como capital e disponibilidade de terra que tem sido utilizada para a elaboração de políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

Tal categorização justifica-se também pelo trabalho de Alves e Rocha (2010), os quais afirmam que não há solução para o que seria o grupo “d”, sendo que para os demais grupos, as políticas deveriam incentivar o crédito, o incremento de tecnologia, com aumento de produtividade por hectare, e o apoio da extensão rural. Isto permitiu pensar que a única saída para o desenvolvimento da agricultura seria a homogeneização das políticas e a separação entre os produtores e “moradores” do meio rural. Importa ressaltar que o estudo destes autores baseou-se no valor bruto de produção, tendo aproximação com a categorização feita por Abramoway (2000), que utilizou como critério a variável renda monetária bruta. Logo, categorizações fundamentadas unicamente em variáveis econômicas resultam numa diferenciação dos grupos de agricultores que parece não estar conectada à realidade rural.

Analisando o contexto europeu, Ploeg (2006) argumenta que o modelo produtivista vigente não garantiu retorno econômico aos agricultores, e ainda tem impactado de forma negativa nos meios sociais e ambientais. Para Conterato *et al.* (2011), com base em Ploeg (2000), o crescimento da produção em escala “não parece ser efetiva e possui cada vez menos capacidade de sustentar o argumento de que o desenvolvimento rural viria

pelo aumento da renda agrícola e, conseqüentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores” (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 80).

Em Ploeg (2006), a melhoria de vida e a qualificação produtiva da agricultura familiar ficaram estagnadas em função de políticas que não atentaram para a diversidade existente no meio rural, sendo estas desenhadas com o objetivo de incentivar a reconversão dos estabelecimentos familiares para padrões técnicos e produtivos do agronegócio. Nesse sentido, percebe-se um apoio dos governos à inserção da agricultura familiar na lógica das cadeias produtivas, favorecendo, segundo o autor, a subordinação ao desenvolvimento agrícola industrial e financeiro.

Estas concepções compõem também o relatório do grupo Cirad *Les Agricultures Familiales du Monde: Définitions, Contributions et Politiques Publiques*, de 2013, elaborado com apoio do Ministério da Agricultura, das Relações Internacionais e da Agência Francesa de Desenvolvimento. Para estes pesquisadores, as políticas agrícolas atuais, definidas pelo próprio conteúdo setorial, são convencionalmente insuficientes e deveriam ser desenvolvidas com o objetivo de ultrapassar essa setorialidade, criando uma articulação com políticas de desenvolvimento social, ambiental e territorial. Conforme os autores, somente estas combinações podem trazer respostas sustentáveis para as crises da agricultura familiar e, ainda, para a crise do modelo de crescimento global.

Nesta perspectiva, alguns estudos sobre a Agricultura Familiar no Brasil têm demonstrado essa diversidade das formas de organização social e do aparato produtivo, como Schneider e Cassol (2014), Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013), Conterato (2008), Niederle (2007), apontando para diferentes estilos de agricultura e diferentes formas de categorização deste grupo. Estes autores ainda destacam que é preciso investir e ampliar os estudos empíricos sobre a temática, levando em consideração aspectos como capacidade de investimento, autoconsumo, forma de inserção nos mercados, segurança no acesso aos recursos, pluriatividade, nível de diversificação e/ou especialização, uso da mão de obra familiar, dentre outras questões como gênero, juventude rural etc.

Tal apreciação justifica-se com a proposta de Belik (2015), o qual afirma que dentro de um setor homogêneo existe uma diversidade de situações ou condições que demandam por ações diferenciadas por parte das políticas públicas, observando não somente padrões tecnológicos, acesso ao crédito, mas indo além dos propósitos produtivistas considerando uma aproximação entre os sistemas produtivos e as diferentes atividades desenvolvidas no meio rural. É exatamente esta proposta de Belik (2015)

que permite avaliar o programa brasileiro desenvolvido especificamente para a agricultura familiar produtora de tabaco, suas diretrizes e organização.

No caso das famílias fumicultoras, é preciso pensar que os estabelecimentos não são apenas meios de produção para venda, mas proporcionam às famílias uma parte (ou a totalidade) da sua renda e dos alimentos consumidos, e que estas famílias não são exclusivamente dedicadas à produção agrícola, mas estão envolvidas em outras atividades que também compõem o tecido social familiar e comunitário, principalmente no meio rural. Estas novas abordagens sobre a diversidade trazem à tona realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais caracterizadas até então de forma homogênea, considerando apenas o aspecto produtivo e financeiro.

Agricultura familiar produtora de tabaco e o Programa Nacional de Apoio à Diversificação

A Cadeia Produtiva do Tabaco é reconhecida como uma das principais geradoras de riqueza no meio rural, principalmente para a agricultura familiar em pequenas propriedades. Atualmente, o Brasil é o maior exportador de fumo em folha do mundo, produzindo 850.673 toneladas/ano em 2013 (IBGE), o que resulta em um valor monetário da produção em torno de R\$ 5.631.445,00.

Quanto ao contexto social e econômico da CPT, Schneider (2010a) aponta que as condições de produção expõem os agricultores familiares a situações paradoxais. De um lado, praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que, apesar de demandar uso intenso de mão de obra pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. A maximização do fator trabalho representa uma vantagem comparativa diante dos demais sistemas de cultivo ou criações, gerando e/ou conferindo competitividade incomum aos estabelecimentos de pequeno porte voltados à produção do tabaco. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade que fragiliza estas famílias e cria situações de pobreza e risco.

Diante deste cenário de vulnerabilidade social para as famílias fumicultoras, assim como pela importância da produção de tabaco na economia nacional, no ano de 2005, o Brasil ratificou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), um tratado internacional para controle do consumo e da produção de tabaco no mundo com o objetivo de “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela

exposição à fumaça do tabaco” (CQCT, artigo 3º). A CQCT tratou de ações a serem adotadas pelos países signatários, preocupando-se também com as consequências destas medidas sobre os produtores de fumo que foram ressaltadas nos artigos 17 e 18 (BONATO, 2013). Por estes artigos ficou estabelecido que:

As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e os cultivadores (artigo 17). Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente (CQCT, 2005).

No caso brasileiro, estes dois artigos ficaram sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo implementados pelo Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.⁵ Para o MDA, este programa baseia-se nos princípios do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social, procurando atuar na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos (BRASIL/MDA).⁶

De forma geral, a execução do programa ocorre, atualmente, por meio de parcerias firmadas com organizações governamentais, não governamentais e sociedade civil que viabilizam a execução dos projetos de assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa, tendo uma gestão coletiva realizada por instituições que compõem a Rede Temática da Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora e a Comissão Interministerial para a Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (Conicq), que reúne representantes de 16 ministérios.

Segundo a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), por meio da modalidade “chamadas públicas” são apoiadas empresas de Assistência

⁵ Os estudiosos do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* da Convenção-Quadro elaboraram opções de políticas e recomendações para implementação dos artigos 17 e 18 (GT 17&18); o Brasil atuou como um dos países facilitadores desse GT ao lado da Índia, Grécia, Turquia e México desde 2007, quando foi sede e patrocinador da primeira reunião do Grupo de Estudos da Convenção sobre os artigos 17 e 18.

⁶ Ver em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-cultivadas-com-tabaco>.

Técnica e Extensão Rural (Ater), organizações não governamentais, cooperativas, universidades, prefeituras, com repasse de recursos financeiros e acompanhamento técnico para a implementação de projetos na área de pesquisa, capacitação e projetos de assistência técnica e extensão rural. Tais chamadas públicas selecionam projetos pela análise da qualificação técnica, com base em princípios, diretrizes e orientações metodológicas previstos na Política Nacional de Ater (Pnater) e no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

O primeiro relatório apresentado pelo MDA, com suas ações para diversificação, analisou o desenvolvimento do programa entre os anos de 2006 e 2010. Conforme este relatório, de 2006 a 2013, 75 projetos em pesquisa, de formação e Ater, foram elaborados nas regiões Sul e Nordeste, envolvendo cerca de 800 municípios e 45 mil famílias. Tal balanço apontou ainda a existência de associação desta política com a Pnater, o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Pronaf, dentre outras ações que visaram apoiar o fortalecimento da agricultura familiar e a busca pela diversificação (principalmente de renda e produção).

Figura 1 – Associação do Programa Nacional de Diversificação e demais políticas públicas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório, 2010.

Entre 2011 e 2013, o MDA lançou chamadas públicas para a contratação de entidades prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em municípios produtores de tabaco. A primeira atendeu 10 mil famílias, sendo 8 mil no Sul e 2 mil no Nordeste, no valor de cerca de R\$ 11 milhões. Já a segunda chamada presta serviço para mais de 11 mil famílias no Sul até 2016, sendo investidos em torno de R\$ 53 milhões. Ainda em 2013, o MDA apresentou resultados sobre a situação das famílias beneficiárias do Programa de Diversificação, seus meios de vida, e gargalos na produção, comercialização, e acesso às políticas públicas, tendo como um dos principais objetivos medir a efetividade dos serviços contratados via chamada de Ater e contribuir para formatar estratégias visando à integração das políticas públicas existentes para a agricultura familiar.

Contudo, a conclusão deste estudo mostrou que inexistente articulação entre as políticas públicas e o programa de diversificação, como objetivava o MDA, assim como se constatou a ausência do PAA e PNAE, programas que estimulariam o processo de diversificação produtiva. Segundo Bonato (2013), redator deste relatório sobre os diagnósticos realizados pelas chamadas de Ater, o crédito fundiário está quase que totalmente ausente e os programas complementares do Pronaf, como Seguro da Agricultura Familiar ou Proagro Mais e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar são muito raramente citados pelos agricultores.

A análise realizada pelo Deser (2010) e Bonato (2013) identifica que “há muitos agricultores que já buscam o caminho da autonomia e da ruptura da dependência”, tanto pela reconversão total do sistema de produção quanto pelas adequações e mudanças nos sistemas de produção e nas formas de geração de renda, mesmo que permaneça dentro do sistema integrado do tabaco. A questão colocada pelo Deser é que o enfrentamento desta dependência deve passar por estratégias que considerem a vontade das famílias produtoras, pois muitas das famílias pesquisadas declararam que gostariam de estar em outra atividade produtiva.

Estas observações sobre a atual Política Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco permite construir alguns questionamentos: Quem é o público que realmente busca ou precisa de apoio institucional para estabelecer um processo de diversificação? Quais ações seriam essenciais aos programas de apoio à diversificação ante a uma cadeia produtiva tão organizada e consolidada historicamente?

Diversidade da agricultura familiar fumicultora: estudo empírico no Rio Grande do Sul

Entre as safras 2011 e 2012, havia 186.970 famílias produtoras de tabaco no Brasil (IBGE), já nas safras 2013 e 2014, esse número diminuiu para 182.970 famílias, sendo 162.410 famílias na Região Sul e 19.590 no Nordeste (970 nas demais regiões). No Rio Grande do Sul, são atualmente cerca de 80 mil famílias, concentradas principalmente na região do Vale do Rio Pardo e serras do Sudeste⁷. Neste universo de famílias fumicultoras pode-se dizer que existe uma grande variação em relação à produção, à renda, ao emprego de mão de obra, à organização familiar etc, o que já destaca que o público demandante por um programa de diversificação apresenta diferentes características sociais e econômicas.

Buscando atender as discussões propostas pelo Grupo de Trabalho sobre os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro, uma das principais definições do que venha a ser Diversificação na Fumicultura é decorrente dos critérios utilizados por Schneider *et al.* (2012) em pesquisa-piloto realizada no ano de 2012 no município de Arroio do Tigre/RS e que fora apresentada na reunião do Grupo de Trabalho dos artigos 17 e 18 da CQCT⁸. Para este grupo de pesquisadores, a ideia de diversificação provém do conceito de *livelihoods* (meios de vida) de Frank Ellis e implica refletir o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar suas condições de vida.

Assim, a diversificação dos meios de vida (ELLIS, 2000) expressa a dependência da família/grupo em relação a um sistema produtivo, no caso, à CPT. Contudo, esse grau de dependência não se dá somente no fator econômico ou na alocação da mão de obra de trabalho, mas nas cinco dimensões da vida: social, humano, natural, financeiro e físico. Ou seja, ocorre na organização das atividades laborais da unidade familiar,

⁷ Conforme o Censo Agropecuário de 2006, existem 61.931 estabelecimentos produtores de fumo no Rio Grande do Sul.

⁸ **“Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências para identificar estratégias alternativas a partir de resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil”**. Este estudo foi realizado por um grupo de pesquisadores da UFRGS (PPGS e PGDR) com uma pesquisa-piloto no município de Arroio do Tigre/RS, com 38 famílias produtoras de tabaco. O objetivo foi testar essas proposições teóricas e metodológicas para então construir um documento com recomendações técnicas para elaboração de políticas economicamente viáveis e alternativas sustentáveis de diversificação em áreas de produção de tabaco, conforme diretrizes dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco. Este relatório foi apresentado ao grupo de discussão internacional da CQCT, na Suíça, em fevereiro de 2012, e está disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/alternativas_+fumicultura.

no uso dos recursos naturais, nas relações sociais dentro e fora da unidade produtiva (UP) ou *household*.

Acredita-se que quanto menos os ativos, recursos ou intitulentamentos (SEN, 2000) estiverem atrelados a essa cadeia produtiva, maior a possibilidade de criar estratégias de diversificação ou manter sua condição de resiliência. Isso significa afirmar que quanto mais especializada for uma família (*household*), mais dependente é toda a sua organização social de um *cash crop*, no caso, do tabaco, e quanto mais diversificada for a unidade familiar, menor será seu grau de dependência desse processo de produção agrícola.

A partir destas concepções teóricas, e pensando na diversidade da agricultura familiar fumicultora, busca-se apresentar uma categorização do que possa ser o público-alvo de um programa de diversificação em áreas de produção de tabaco e a justificativa para tal afirmação. A proposta metodológica explicitada a seguir, em conjunto com a análise de algumas características das famílias pesquisadas, permite visualizar os diferentes “tipos” de famílias fumicultoras, diferenciação esta que poderia ser utilizada na elaboração de políticas públicas para diversificação, indo ao encontro das demandas dos artigos 17 e 18 da CQCT.

No aspecto metodológico da definição sobre “Diversificação dos Meios de Vida” (ELLIS, 2000)⁹, enquanto alguns estudos propunham dois indicadores para definir Grau de Diversificação (renda e tempo de trabalho), no trabalho de Freitas (2015) teve-se como proposta a seleção de nove indicadores, divididos nas cinco dimensões que objetivaram compreender melhor a dependência das famílias em relação à CPT para além do aspecto renda. A presente divisão do GD não é algo delimitado aleatoriamente. Desde a publicação de Frank Ellis (2000), outros trabalhos buscaram entender a abordagem do desenvolvimento a partir dos “capitais”, apresentando para isso diferentes formas de quantificar diversificação dos meios de vida. Tais estudos estão em Waquil *et al.*, (2007), Perondi (2007), Kageyama (2006, 2008). Mais especificamente, esta quantificação do GD foi um aperfeiçoamento dos critérios utilizados por Schneider *et al.* (2012).

Assim, os indicadores selecionados referiram-se ao uso da área de terra (capital físico), uso de insumos químicos e naturais como lenha, adubos, agrotóxicos etc (capital natural), representação financeira do tabaco no orçamento familiar, considerando os custos da produção e

⁹ O conceito de diversificação dos meios de vida utilizado neste trabalho é diferente das abordagens das Teorias Econômicas.

buscando auferir a proporção da renda líquida (capital financeiro), a relação de tempo de trabalho destinado à fumicultura em comparação às outras atividades da unidade produtiva (capital humano) e, por fim, o aspecto social, de compreender-se como agricultura familiar, e não somente como unidade produtora de tabaco (capital social). Cada um destes indicadores resultou em um valor médio entre 0 e 1 para então compor o Grau de Diversificação (índice com valores entre 0 e 1). O Quadro 1 abaixo descreve estes indicadores.

Quadro 1 - Indicadores de Diversificação dos Meios de Vida para Agricultura familiar Produtora de Tabaco

1. Capital Físico:	A) Uso da área da unidade familiar
2. Capital Natural:	B) Uso de Insumos Químicos + Uso de lenha
3. Capital Financeiro:	C) Renda da Fumicultura
4. Capital Humano:	D) Tempo de Trabalho
5. Capital Social:	E) Sucessão na fumicultura

Fonte: Freitas, 2015, p. 191.

Para classificar as famílias foi preciso estabelecer cortes entre as categorias delimitando onde, numericamente, encaixava-se cada uma em relação a maior ou menor dependência da CPT (de acordo com a variação entre 0 e 1). O Quadro 2, abaixo, demonstra como ocorreu esta categorização dentro do gradiente de Diversificação.

Quadro 2 - Tipologia das famílias fumicultoras em relação ao Grau de Diversificação

1. Grau de Diversificação entre <u>1,0 - 0,67</u> :	Famílias Diversificadas
2. Grau de Diversificação entre <u>0,669 - 0,50</u> :	Famílias Quase Diversificadas
3. Grau de Diversificação entre <u>0,499 - 0,34</u> :	Famílias Pouco Diversificadas
4. Grau de Diversificação entre <u>0,339 - 0</u> :	Famílias Especializadas

Fonte: Freitas, 2015, p. 111.

Logo, a presente categorização permitiu pensar em *tipos ideais das famílias produtoras de tabaco*, sendo que as diversificadas seriam aquelas que apresentam o Grau de Diversificação entre 0,67 e 1. Em contrapartida, as Especializadas seriam àquelas que apresentam seu GD entre 0 e 0,339.¹⁰ De forma geral, estes indicadores foram pensados em relação à possibilidade de medir um maior ou menor atrelamento à Cadeia Produtiva do Tabaco, ou seja, quanto maior a média do GD, menor é a dependência. A partir do modelo proposto, pode-se afirmar que tais indicadores expressam a diversificação dos meios de vida na fumicultura, que vai além da diversificação produtiva com base no tripé terra-capital-trabalho, mostrando então que a dependência de um *cash crop* está também nas dimensões humana, natural e social.

Com base nestas tipificações, foi possível então analisar as diferenças socioeconômicas entre as famílias produtoras de tabaco, levando em consideração a heterogeneidade de uma categoria que tem sido descrita pelas políticas de apoio à diversificação como homogênea e igualitária em suas características. Com base na pesquisa de campo com 250 famílias fumicultoras do Rio Grande do Sul, demonstra-se esta heterogeneidade no que concerne aos modos de organização social e produtiva.

Os diferentes perfis das famílias fumicultoras em função do Grau de Diversificação

A partir desta seção, tem-se a análise dos dados da pesquisa de campo realizada entre outubro de 2013 e agosto de 2014 na região produtora de tabaco do Rio Grande do Sul: Vale do Rio Pardo e Centro-Serra. Buscou-se aqui observar os dados que permitiram diferenciar as 250 famílias¹¹ em relação aos aspectos produtivos, trabalho, uso da terra, dentre outros. Estes indicadores apontam para uma diferenciação a partir do Grau de Diversificação, permitindo mostrar que, dentro de uma mesma categoria

¹⁰ Ressalta-se que a categoria intermediária foi dividida em duas, uma vez que, a partir da pesquisa empírica, observou-se grande diferença entre famílias que obtiveram médias entre 0,333 e 0,67, o que tornaria as análises distorcidas em relação à realidade, justificando essa subdivisão em “quase” e “pouco” diversificadas.

¹¹ A escolha das unidades familiares produtoras de tabaco para a base do cálculo amostral foi decorrente da incompatibilidade de dados existentes entre o Censo Agropecuário de 2006 e os da Associação dos Fumicultores Brasileiros (Afubra) em relação ao número de famílias produtoras de tabaco. Ainda, a ideia inicial era que pudessem fazer parte da pesquisa estabelecimentos integrados e não integrados à CPT, bem como pessoas que não possuísem área de terra própria. Essa amostra foi calculada com 1,96 unidades, de desvio-padrão e erro padrão de 6,19%, a partir da população total de 61.931 estabelecimentos produtores de fumo no Rio Grande do Sul.

de agricultores produtores de tabaco, há diferenças significativas¹² do perfil familiar e produtivo.

A) Características das propriedades e produção de tabaco

Quanto às características da produção do tabaco, a Tabela 1 a seguir evidencia algumas diferenças importantes e estatisticamente significativas dentre os quatro tipos de famílias.

Tabela 1 – Características da produção de tabaco por categorias de diversificação das famílias fumicultoras

	Diversificadas	Quase Diversificadas	Pouco Diversificadas	Especializadas
Total de Famílias = 250	39	108	69	34
Virgínia (estufa)	31 famílias	93 famílias	64 famílias	32 famílias
Burley	6 famílias	4 famílias	2 famílias	0
Virgínia e Burley	1 família	11 famílias	3 famílias	2 famílias
Outro	1 família	0	0	0
Integrados ao CPT	29 famílias	105 famílias	68 famílias	33 famílias
Não Integrados ao CPT	10 famílias	3 famílias	1 família	1 família
Tempo médio de plantio de tabaco	27,07 anos	28,06 anos	27,04 anos	22 anos
Média de pés de fumo plantados	42,84 mil	47,62 mil	53,83 mil	45 mil

Fonte: Freitas, 2015 p. 149.

Sobre o tipo de fumo plantado, notou-se que entre as 39 Diversificadas, 31 (79,48%) cultivam somente *Virgínia* e 6 (15,38%) apenas o fumo *Burley*; das 108 famílias Quase Diversificadas, 86,1% plantam o *Virgínia*, seguido de 10% *Virgínia* e *Burley*. Já nas famílias Pouco Diversificadas, 92,7% das famílias trabalham apenas com o fumo de estufa, da mesma forma que 94% das Especializadas. Estas duas últimas categorias demonstram pouca variação quanto ao tipo de tabaco cultivado, o que pode diminuir a margem de negociação com os compradores de tabaco, sejam eles intermediários ou empresas. Logo, é possível inferir que as famílias diversificadas optam por plantar uma variedade de tabaco que exige menor intensidade de mão de obra e uso

¹² O teste *qui-quadrado*, comparando as quatro categorias de famílias em relação ao tipo de fumo plantado mostrou-se significativo ao grau de 0,00.

de insumos como a lenha (no *Burley*), permitindo-lhes otimização do tempo de trabalho para além do cultivo do fumo.

Em relação ao tabaco plantado, predomina o tipo *Virgínia* (ou de estufa) em 88% das *households*, principalmente por ser uma espécie que detém maior valor de mercado em relação ao fumo de galpão ou ao *Burley*; 4,8% das famílias plantam somente o tipo *Burley* e 6,8% plantam os dois tipos. Além disso, foi possível notar a presença do fumo amarelinho e o orgânico, sob a alegação de que tinham maior valorização em relação ao fumo de estufa, mas apenas em cinco unidades familiares.

Ressalta-se que o fumo de estufa tem um processo de colheita e secagem que demanda mais trabalho físico e mão de obra em virtude das colheitas frequentes (no mínimo em três fases). Já o tipo *Burley* organiza-se com apenas uma colheita (corte do pé inteiro) e não necessita do uso da lenha no momento da secagem, o que muitas vezes torna-se o principal motivo para a escolha deste tipo de fumo, devido ao custo da lenha. O *Burley* exige menor participação da mão de obra e o custo de produção chega a ser metade do necessário para o fumo *Virgínia*.

A questão da dependência da Cadeia Produtiva do Tabaco ficou mais evidente quando se analisou a integração ou não ao sistema:¹³ 25,6% das famílias Diversificadas (10 em 39) não estão integradas à CPT, proporção expressiva quando comparada às outras três categorias. Das Quase Diversificadas, 2,78% não são integradas; do total de famílias Pouco Diversificadas e Especializadas, apenas uma não tem integração à CPT, conforme a Tabela 1.

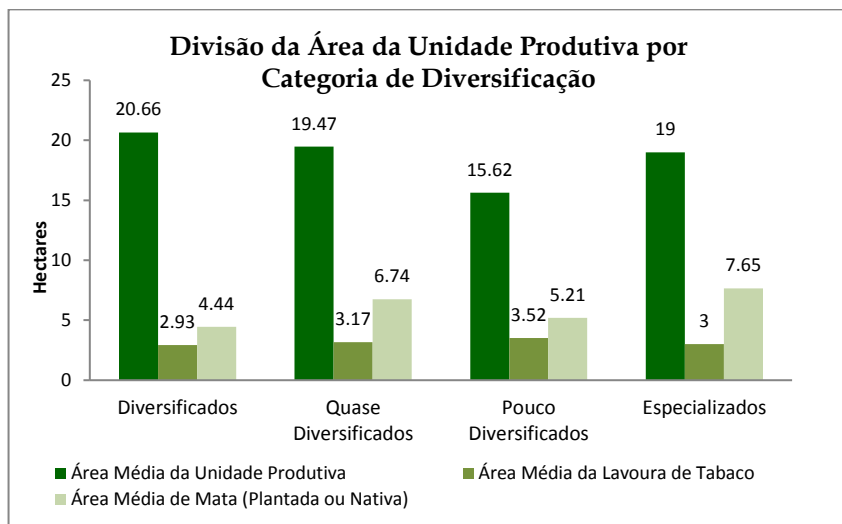
Quanto à participação no sistema integrado, 94% das famílias possuem contrato formal com uma ou mais empresas beneficiadoras de tabaco, enquanto 6% não estão integrados ao sistema, seja por decisão de vender sua produção de forma mais independente, seja por possuir dívidas e não conseguir mais realizar contratos com as empresas. Nos dois casos as famílias apontaram vantagens e desvantagens de fazer parte da Cadeia Produtiva do Tabaco.

O tempo médio de plantio de tabaco por tipo de família é numericamente o mesmo (27 e 28 anos) para as Diversificadas, Quase Diversificadas e Pouco Diversificadas, tendo pequena variação para as Especializadas, com 22 anos. Sobre a média de fumo plantado (por mil pés), observou-se que esse valor foi menor entre as famílias D (42,84 mil pés) e maior entre as PD (53,83 mil pés), seguido das QD (47,62 mil pés) e das E (45 mil pés), mas a diferença entre as médias não foi significativa.

¹³ Grau de significância estatística para o teste *qui-quadrado* foi de 0,00 para as quatro categorias em relação à integração à CPT.

Dentre estes fatores, destacam-se alguns que certificam esta diferenciação como o uso da área da Unidade Produtiva (UP) para a produção agrícola. Sendo as UPs das famílias Diversificadas e Especializadas de aproximadamente 20 hectares em média, e tendo a quantidade de tabaco cultivada em torno de 43 mil pés para as duas categorias, notou-se que o uso do espaço de terra disponível também está associado à monocultura do tabaco. Ou seja, as famílias Diversificadas, ao utilizarem de forma “mais proporcional” sua área conseguem cultivar outros produtos agrícolas ou ter atividades ligadas à agroindústria, ou participar dos mercados institucionais, que resultam em uma menor vulnerabilidade financeira quando comparadas às famílias Especializadas. O gráfico da Figura 2 abaixo expressa essa relação quanto ao uso da área da unidade produtiva.

Figura 2 – Gráfico da divisão da área da Unidade Produtiva por categoria de diversificação



Fonte: Freitas, 2015, p. 150.

A área média da UP é maior entre as famílias Diversificadas, com 20,66 hectares, e menor entre as Pouco Diversificadas, com 15,62 hectares. Em contrapartida, são estas famílias PD que apresentaram maior uso médio de área para plantio do tabaco, com 3,52 hectares e as D, com o menor uso, 2,93 hectares em média. É interessante notar que para a área

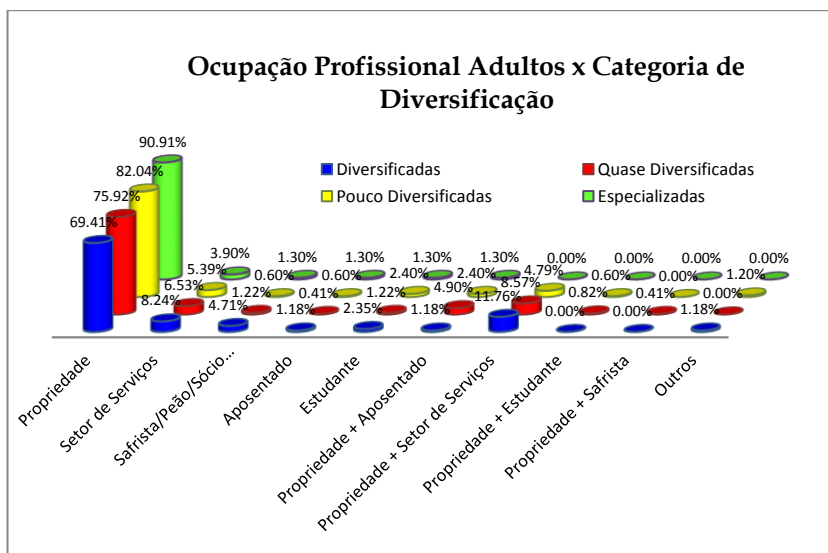
de mata (plantada ou nativa), o número médio de hectares é maior entre as Especializadas, com 7,65 e menor entre as D, com 4,44 hectares.

Fazendo uma relação entre área média total, subtraindo a área média de mata e de plantio de tabaco é possível perceber que as famílias Diversificadas ficam com 13,29 hectares, em média, para outros usos, como agricultura, pecuária, moradia etc. Essa média decresce para 9,56 hectares para as QD, 8,35 para as E e 6,89 para as PD, o que mais uma vez pode ser entendido como uma dependência da CPT em relação ao uso da área de terra das unidades, já que a diferença entre as famílias E, QD e D não ultrapassa 2 hectares.

B) Ocupação profissional e a produção de tabaco

O indicador tempo de trabalho mostrou como as famílias organizam suas atividades agrícolas e não agrícolas em relação ao processo de cultivo do tabaco. Nesse sentido, pretendeu-se identificar se um menor grau de dependência da CPT também se reflete na organização do tempo destinado às atividades dos membros das famílias. O gráfico da Figura 3 mostra as atividades realizadas em relação ao Grau de Diversificação dos membros adultos das famílias (entre 19 e 59 anos).

Figura 3 – Gráfico da ocupação profissional dos adultos em relação à categoria de diversificação familiar



Fonte: Freitas, 2015, p. 139.

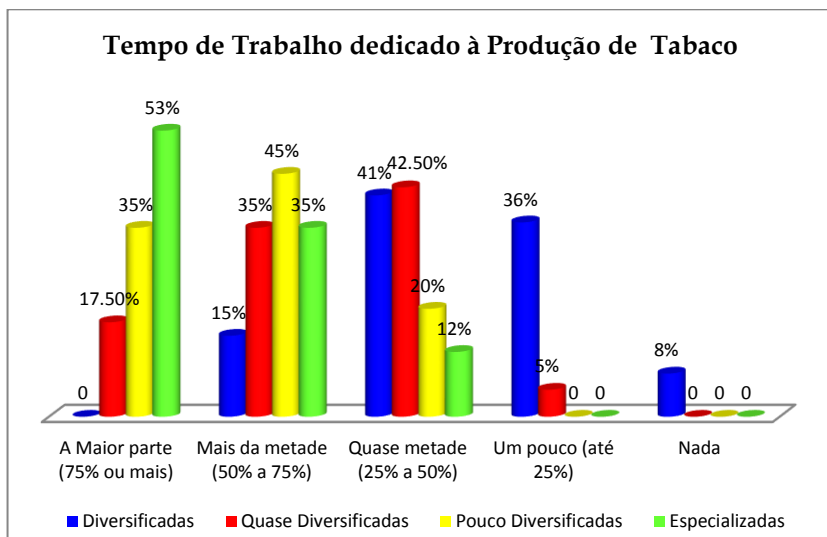
Nota-se que aproximadamente 91% dos integrantes adultos das famílias Especializadas estão ocupados somente na UPF; o mesmo ocorre nas famílias Pouco Diversificadas, chegando a 82%. Dentre as Quase Diversificadas, 76% dos adultos trabalham somente na UPF, seguidos de 8,57% na unidade e setor de serviços. As pessoas desta faixa etária das famílias Diversificadas são as que apresentam maior variação dentre as ocupações profissionais: 69,41% trabalham apenas na UPF, 11,76%, na Unidade Produtiva e setor de serviços e, 8,24%, somente no setor de serviços.

Considerando as informações das 250 famílias, percebeu-se a existência de pluriatividade (FULLER, 1990; SCHNEIDER, 2005) nas UPs, destacando-se atividades ligadas à agricultura e à pecuária, em agroindústrias e no setor de serviços, este último foi apontado como a segunda ocupação para as mulheres e para os homens, mas, neste caso, associado às atividades da propriedade. Ainda, 65,6% famílias apresentam o trabalho agrícola como principal ocupação; 52,8% possuem trabalhos com pecuária e outros animais e 40,8% têm as duas atividades em comum – das 574 pessoas entre 19 e 59 anos analisadas nas 250 famílias, 78,91% exercem função na unidade produtiva.¹⁴

Em relação à ocupação, questionou-se sobre o tempo de trabalho dedicado somente à fumicultura com as respostas apresentadas no gráfico da Figura 4. Importa notar que, dentre as famílias que dedicam “a maior parte” do tempo de trabalho à fumicultura, têm-se 17,5% das QD, 35% das PD e 53% das Especializadas. Em relação às famílias que afirmaram destinar “mais da metade” do seu tempo, têm-se 15% das Diversificadas (D), 35% das QD, 45% das PD e também 35% das Especializadas. Já para aquelas que dedicam “quase metade” do tempo de trabalho ao cultivo do tabaco, observou-se um aumento proporcional das famílias D e QD e um decréscimo das famílias PD e Especializadas. Ainda, têm-se 36% de famílias Diversificadas que dedicam “um pouco” do seu tempo à fumicultura.

¹⁴ Cabe lembrar que as famílias apresentam atividades agrícolas e com animais simultaneamente, incluindo ou não outras rendas e atividades.

Figura 4 – Gráfico do tempo de trabalho destinado à fumicultura por categoria de diversificação



Fonte: Freitas, 2015, p. 207.

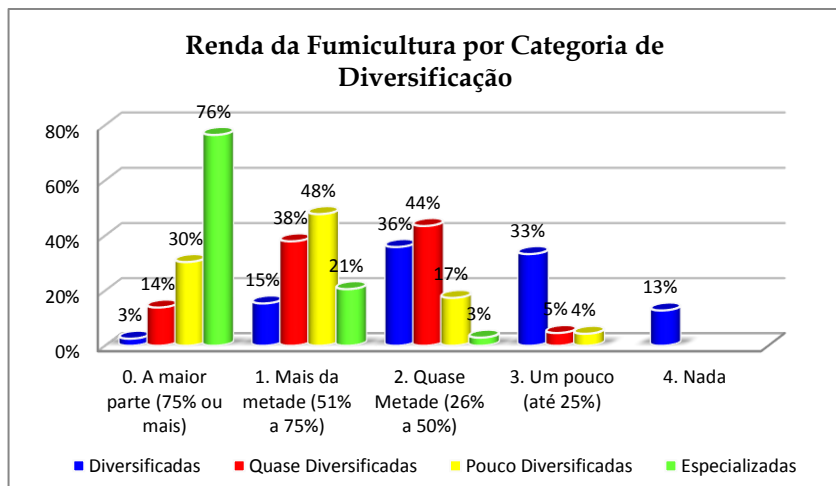
Analisando o gráfico da esquerda para a direita (do maior tempo dedicado à fumicultura ao menor), tem-se que: enquanto a porcentagem das famílias Especializadas decresce, a das famílias Quase Diversificadas e Diversificadas cresce (até “quase a metade”). Logo, pode-se afirmar que há uma demanda maior de tempo de trabalho para fumicultura nas famílias Especializadas, mesmo que estas tenham efetivamente a mesma quantidade de fumo plantado que as famílias Diversificadas e a mesma área dentro da UP.

C) Rendimentos da fumicultura

Muitos estudos utilizam a variável salário mínimo nacional para aferir os rendimentos médios das famílias fumicultoras (DESER, 2010). No entanto, em virtude da dificuldade de precisar os ganhos financeiros em salários ao mês, foi preciso apreender os ganhos pela proporção que a renda da fumicultura representava no orçamento familiar, buscando aferir os ganhos líquidos. O gráfico da Figura 5 ilustra a distribuição desses ganhos entre as categorias de famílias, sendo possível observar que mesmo dentro de uma categoria específica da agricultura familiar (produtores de tabaco) há diferença significativa em relação aos

rendimentos com um *cash crop*.

Figura 5 – Gráfico da renda da fumicultura por categoria de diversificação



Fonte: Freitas, 2015, p. 241.

Destaca-se que 76% das famílias Especializadas tem “a maior parte” de sua renda proveniente da fumicultura, seguida de 30% das PD, 14% das QD e 3% das Diversificadas. Dentre as famílias que afirmaram ter “mais da metade” de seus rendimentos provenientes da produção de tabaco, tem-se 48% das Pouco Diversificadas, 38% das QD, 21% das Especializadas e 15% das Diversificadas. Tanto as famílias Diversificadas quanto as Quase Diversificadas tiveram maior proporção na variável “Quase Metade” (36% e 44%, respectivamente).

Importante notar que 33% das Diversificadas alegaram que a fumicultura representa “um pouco” do montante das receitas das famílias e 13% afirmaram não possuir renda proveniente da fumicultura. Já o montante que a fumicultura representa na renda das famílias Especializadas oscila de “quase metade” à “maior parte”, enquanto as outras famílias tiveram as respostas distribuídas nas demais proporções. De forma geral, as Diversificadas apresentaram melhor estruturação financeira que as outras, e foi justamente por esta organização que tinham percebido a necessidade de diminuir o cultivo do tabaco em suas UPs, a partir de uma reestruturação produtiva e orçamentária, ou seja, procurando implementar uma gestão da propriedade rural.

Portanto, pode-se afirmar que, internamente, estas 250 famílias fumicultoras apresentam estilos de vida e estratégias de diversificação dos seus meios e *modus operandi* articulados de forma mais ou menos dependente da relação direta com o mercado empresarial do tabaco, reveladas empiricamente nas diferenças entre famílias Diversificadas, Quase Diversificadas, Pouco Diversificadas e Especializadas. Com base em critérios relacionados aos fatores de produção (terra, capital e trabalho), já foi possível perceber empiricamente como uma categoria de agricultura familiar pode ser extremamente diversa e heterogênea em sua organização social e produtiva e que interferem nas condições de vida individual, familiar e comunitária.

Considerações finais

Os estudos sobre agricultura familiar atualmente necessitam de análises multidimensionais que, conforme Schneider (2009, p. 11), não podem limitar-se aos fatores de produção e precisam compreender a diversidade das formas sociais e econômicas que se expressam na organização do trabalho familiar e da produção, na relação com a natureza, nos mecanismos de construção de estratégias de sobrevivência, interação com o mundo social e economia, além de aspectos culturais, simbólicos e políticos que circundam a vida desses atores sociais. Tais estudos devem também embasar a elaboração de políticas públicas multissetoriais e transversais, auxiliando na definição do público-alvo ou beneficiários das ações do Estado.

Assim, pode-se dizer que este trabalho permite um diálogo interessante entre políticas públicas e desenvolvimento rural ao afirmar que a questão do desenvolvimento no meio rural não é somente o resultado de práticas e atividades produtivas, mas também da união de práticas heterogêneas, de formas de desenvolvimento divergentes e estilos de vida contrastantes que, muitas vezes, acabam imperceptíveis a um primeiro olhar, todavia, podem alterar significativamente a realidade no meio rural (PLOEG, 2011). Para Conterato (2008), com base em Ellis (2000) e Ploeg (2003), nem todos os estilos de agricultura seguem os intentos de um projeto maior marcado pela verticalização das relações entre agricultores e mercados (fumageiras).

O uso do termo “diversificação dos meios de vida” atende às demandas dos Grupos de Trabalho dos artigos 17 e 18 da CQCT, justamente por permitir analisar a fumicultura por indicadores que ultrapassam as variáveis terra, capital e trabalho, geralmente utilizadas como referencial para estudos no meio rural. De tal modo, o *cosntructo* metodológico “Grau de Diversificação” buscou medir a dependência da

Cadeia Produtiva do Tabaco de todo o *household*, incluindo questões ligadas às dimensões social e natural, além da física, financeira e humana.

A criação de tipologias como um artifício metodológico demonstrou-se uma ferramenta consistente, ainda que possa ser reajustada futuramente. Esta ferramenta também pode ser aplicada tanto em contextos com presença da fumicultura, quanto para outras realidades rurais que apresentem essa condição de associação da agricultura familiar aos sistemas integrados de produção, uma vez que o processo integrador é, muitas vezes, considerado uma das formas (ou única) de melhorar as condições de vida das populações rurais. Ou, ainda, pode-se pensar na utilização desta categorização para pesquisas sobre fumicultura realizando-os em períodos diferentes para estudos comparativos, bem como nas análises de outras cadeias produtivas, como da soja, café, cana-de-açúcar, atividade leiteira, vitivinicultura etc.

Desta forma, o presente trabalho buscou mostrar um possível caminho metodológico para a compreensão da diversidade das famílias fumicultoras, tendo como aporte teórico as concepções de Schneider, Kageyama, Conterato, Niederle, Belik, Ploeg etc. Tais perspectivas podem auxiliar na elaboração de políticas para agricultura familiar e desenvolvimento de diagnósticos para seleção dos beneficiários de diferentes programas para desenvolvimento rural. Isso pode ser comprovado a partir das análises de um conjunto de 250 unidades familiares marcadas pelo processo de mercantilização da agricultura pela fumicultura, que apresenta grande heterogeneidade social, econômica e produtiva em uma mesma categoria de produtores, mas que nem sempre demandam por programas semelhantes, voltados à produção ou crédito.

Logo, a caracterização da agricultura familiar fumicultora em relação a sua maior ou menor dependência da cadeia produtiva do tabaco é a proposta apresentada para o Programa Nacional de Apoio à Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, o qual caracteriza esses agricultores como um grupo homogêneo, tendo suas ações voltadas a um projeto de diversificação direcionado à produção para mercados. A partir dos resultados que analisaram aspectos ligados à produção de tabaco, ocupação da mão de obra familiar e uso da área produtiva, pode-se sugerir que tal política considere também grupos que acabaram sendo excluídos dessa cadeia produtiva por estarem invisíveis “aos olhos do Estado” ao não buscarem apoio na extensão rural, via Pnater ou crédito financiado, via Pronaf.

Assim, tem-se a necessidade de identificar as heterogeneidades neste grupo de famílias fumicultoras e dar uma opção de vida que não seja necessariamente o abandono da atividade agrícola no tabaco, o qual

muitas vezes é parte do processo cultural e histórico. Portanto, pode-se afirmar que a atual política de diversificação desenvolvida pelo Estado brasileiro para atender à Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (artigos 17 e 18) não responde de forma satisfatória às necessidades de um grupo tão diferenciado, por não considerar a diversidade destas famílias em relação a sua dependência, vulnerabilidade social e econômica. Por hora, corre-se o risco de não atender grupos que demandam não apenas ações de extensão rural, mas que buscam ampliação das oportunidades e autonomia, inclusão social e produtiva, superação da pobreza rural e alcance da sustentabilidade, com qualidade de vida.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Ipea. Project, Nead/MDA, World Bank, 2000.
- ALVES, E. e ROCHA, D. P. (2010) Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, J., VIEIRA FILHO, J. E. R. e NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea/Mapa (julho).
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL - AFUBRA. *Dados Safra 2013/2014*: Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/84>>. Acesso: jan. de 2015.
- BELIK, W. A Heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. *RESR*, Piracicaba-SP, v. 53, n. 1, p. 9-30, jan./mar. 2015 - impressa em abr. 2015.
- BONATO, A. Desafios e potencialidade para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco. Estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de Ater para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco. *Relatório*. Pnud. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento MDA/SAF/Dater Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria da Agricultura Familiar Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2013.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Diversificação da Produção e Renda em Áreas Cultivadas com Tabaco no Brasil. Relatório*. 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-It_Balano_do_Programa_de-2021660.pdf>. Acesso: dez. de 2015.

- _____. *Programa Nacional de Apoio à Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco*. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Chamada Pública para Seleção de Entidade Executora de Assistência Técnica e Extensão Rural para Municípios Fumicultores dos Estados do Sul e Nordeste. Setembro de 2011.
- CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Porto Alegre).
- _____. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil*. Notas de Aula. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS. 2015/02.
- CIRAD. *Les Agricultores familiales du monde – définitions, contributions et politiques publiques*. Montpellier, Cirad, 2013.
- CONTERATO, M. A., NIEDERLE, P. A., RADOMSKY, G. F. W. e SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. POA. In: SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. (Orgs.) *Os atores do desenvolvimento rural*. POA, SER/Ed. UFRGS, p. 67-91, 2011.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (DESER). *Tabaco: da produção ao consumo – Uma cadeia da dependência*. Curitiba, 2010.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.
- _____. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FREITAS, T. *A Diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul*. 2015. Tese de Doutorado em Sociologia. PPGS. UFRGS, Porto Alegre.
- FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 6 (4): 361-373, 1990.
- GRISA, C. SCHNEIDER, S. *Políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – *Produção Agrícola Municipal*. Banco de Dados Agregados – SIDRA. 2013/2014.
- KAGEYAMA, A. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. e OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [on-line]. 2014, v. 52, suppl. 1, p. 63-84.
- NIEDERLE, P. A. Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS. 2007. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. PGDR. UFRGS, Porto Alegre.
- PERONDI, M. A. e SCHNEIDER, S. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 205-220.
- PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.
- _____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-58, 2006.
- _____. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Dossiê. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.
- _____. Dez qualidades da agricultura familiar. *Cadernos de debate*, ASP-TA, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2014.
- SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.
- _____. *A diversidade da agricultura familiar*. (Org.) 2. ed. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- _____. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista RURIS*, Campinas/UNICAMP/SP, v. 4, n. 1, mar. 2010, p. 85-131.
- _____. Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil - subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. *Relatório de atividades*. Porto Alegre, 2010a.
- _____. Subsídios técnicos ao Grupo de Trabalho para a Implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. *Relatório de atividades*. Porto Alegre, 2010b.
- SCHNEIDER, S. *et al.* Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências

- para identificar estratégias alternativas a partir de resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil. *Relatório de atividades*. CQCT, Brasil, 2012.
- SCHNEIDER, S. e CASSOL, A. P. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. Seminário Nacional Agricultura Familiar Brasileira - desafios e perspectivas de futuro. Brasília, 13-15 ago. 2014.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WAQUIL, P. *et al.* Proposição do Índice de Condições de Vida. *Relatório de atividades*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007.

FREITAS, Tanise Dias. A Diversidade da Agricultura Familiar Produtora de Tabaco e a Homogeneidade do Programa Nacional de Diversificação: uma política para quem? *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 43-69, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*A Diversidade da Agricultura Familiar Produtora de Tabaco e a Homogeneidade do Programa Nacional de Diversificação: uma política para quem?*). Este artigo insere-se nas discussões sobre agricultura familiar, produção de tabaco e políticas de diversificação. O objetivo é demonstrar como a atual Política Nacional de Diversificação desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em áreas produtoras de tabaco não tem atendido à heterogeneidade do seu público-alvo. Para tanto, foi realizado um estudo documental sobre esta política de diversificação e sua implementação e a delimitação dos beneficiários. Após a análise dos documentos, foi feita uma comparação com uma pesquisa empírica desenvolvida no Rio Grande do Sul, na mesma região onde algumas famílias são atualmente atendidas utilizando a metodologia indicada pelos artigos 17 e 18 da CQCT. Os resultados demonstram que, pela pesquisa empírica, existem quatro diferentes categorias de famílias produtoras de tabaco em função do seu grau de dependência da Cadeia Produtiva. Assim, acredita-se que o programa nacional de diversificação à produção de tabaco, enquanto política pública, possui um caráter homogeneizador na escolha do público-alvo, uma vez que na execução do programa não se leva em consideração os

diferentes estilos de práticas agrícolas e não agrícolas das famílias, seus diferentes níveis de dependência da fumicultura e a diversidade de agricultores familiares produtores de tabaco.

Palavras-chave: agricultura familiar, diversificação, tabaco, política pública.

Abstract: (*The diversity of the family tobacco farmer and the homogeneity of the national diversification program: a policy for whom?*). This article is framed in the discussions about family farming, tobacco production and diversification policies. The objective is to demonstrate how the current National Diversification Policy developed by the Ministry of Agricultural Development in tobacco-producing areas has not heeded the heterogeneity of its target audience. To this end, a documentary study on the diversification policy and its implementation and the delimitation of the beneficiaries was carried out. After the analysis of documents, a comparison with empirical research developed in Rio Grande do Sul was performed, in the same region where some families are currently served using the methodology indicated by Articles 17 and 18 of the Tobacco Quality Control Convention. The results showed, by empirical research, that there are four different categories of tobacco farming families depending on their degree of dependence on the Productive Chain. It therefore became possible to affirm that the National Policy has a homogenizing role toward its target audience, while in the practical side, this category is characterized by a diversity of family farmers producing tobacco.

Keywords: family farming, diversification, tobacco, public policy.

Recebido em abril de 2016.

Aceito em abril de 2016.